



COVID-19:
OS TRABALHADORES
DEMANDAM
EMPREGO, RENDA
E PROTEÇÃO
SOCIAL

COVID-19: OS TRABALHADORES PRECISAM DE RESPOSTAS DURADOURAS PARA A CRISE

Desde o início da pandemia, o Presidente Bolsonaro minimizou a gravidade da doença, atacou a política de isolamento social e demitiu o Ministro da Saúde por seguir as diretrizes da OMS a respeito do COVID-19.

Em termos de medidas adotadas, o governo aprovou uma renda básica reservado para certas categorias de trabalhadores (na economia informal, conta-própria ou beneficiários da assistência social) e cobrindo apenas metade do rendimento mensal médio. Além disso, foi aprovada uma moratória nacional sobre a maioria dos empréstimos, bem como uma moratória sobre hipotecas e aluguéis na maioria dos estados e municípios.

O direito à licença médica remunerada só foi reconhecido parcialmente, bem como a possibilidade de redução do horário de trabalho (caso em que o governo cobre apenas parte da perda salarial). Devido aos cortes no sistema de saúde nos últimos anos, a rede pública de saúde enfrenta sérias dificuldades para responder à pandemia.

Neste contexto, a CUT Brasil pede ao governo que priorize a ampliação da cobertura da proteção social e o acesso gratuito aos serviços de saúde; a proteção dos salários e do rendimento e a previsão de licença por doença com remuneração.

OS SINDICATOS ESTÃO SENTADOS À MESA DE NEGOCIAÇÃO?

O processo de implementação dos ODS está em forte regressão no Brasil. Após o golpe de Estado que afastou a presidente Dilma Rousseff e o período de instabilidade resultante, o governo Bolsonaro está adotando ações que não integram as metas dos ODS e são contrárias aos princípios do desenvolvimento sustentável.

O governo do presidente Bolsonaro reorganizou as prioridades políticas e ministérios, incluindo os que anteriormente tratavam dos ODS. Sob o governo anterior, uma comissão que reunia ministérios importantes supervisionava a implementação dos ODS; entretanto, desde a reorganização ministerial, não está claro quais ministérios farão parte dessa comissão ou se seu trabalho prosseguirá.

Os sindicatos denunciam a falta de transparência e acesso à informação de todas as políticas governamentais, incluindo as relativas os ODS. Enquanto o governo anterior tinha criado um fórum de discussão sobre a Agenda 2030 com

a participação dos atores sociais, o governo atual não parece querer continuar esta prática e está desmantelando todos os espaços de diálogo social.

Os sindicatos afirmam ainda que, longe de fornecer recursos adicionais para a implementação dos ODS, o governo tem cortado gastos em áreas que estavam contribuindo para o cumprimento das metas. Particularmente preocupante é a reforma previdenciária introduzida pelo atual governo, que aumenta a idade da aposentadoria e diminui o valor das transferências. A posição do governo para financiar a proteção ambiental também é muito preocupante, pois em um período de incêndios florestais sem precedentes na Amazônia, reduziu em um terço os recursos destinados ao combate ao desmatamento, cortou mais de 4 milhões US\$ dedicados ao combate a incêndios na Amazônia, bem como 95% dos fundos destinados ao combate às alterações climáticas.

TRANSPARÊNCIA



Acesso irregular a informações limitadas

CONSULTA



Não há nenhum processo de consulta

DIÁLOGO SOCIAL



O governo nacional não inclui os parceiros sociais na definição e implementação de um plano nacional sobre ODS



O TRABALHO (DECENTE) ESTÁ SENDO FEITO?

O Brasil está regredindo em relação ao **ODS 1 (acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares)**. Sobre os indicadores da **meta 1.1 (erradicar a pobreza extrema)**, a percentagem da população que vive abaixo do limiar da pobreza internacional aumentou desde 4,5% em 2014 até 6,5% em 2018. 61,5% da população estava coberta por pelo menos um benefício de proteção social em 2016, estimando-se que 78% das pessoas em idade de aposentadoria recebessem uma pensão em 2016. No entanto, apenas 7,8% dos desempregados receberam o benefício de desemprego em 2016, o que sugere um progresso desigual na **meta 1.3 (implementar sistemas de proteção social adequados nacionalmente)**. Além disso, a recém aprovada reforma previdenciária aumenta a idade da aposentadoria e diminui as transferências para um número significativo de pensionistas.

Ainda há necessidade de avançar no alcance da **meta 5.4 (reconhecer e valorizar o cuidado não remunerado e o trabalho doméstico através da prestação de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social)**, já que os indicadores de 2017 revelaram que as mulheres realizam mais do dobro da quantidade de trabalho não remunerado que os homens por dia. A **meta 5.5 (assegurar a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública)** também está longe de ser alcançada, com apenas 61% das mulheres cursando algum tipo de educação secundária entre 2010-2017.

Existem obstáculos substanciais que impedem o Brasil de alcançar as metas estabelecidas pelo **ODS 8 (promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos)**. Em 2015, 38,3% do trabalho não agrícola era informal, sugerindo que o alcance da **meta 8.3 (apoiar atividades produtivas, criação de empregos decentes, empreendedorismo, criatividade e inovação e incentivar a formalização e o crescimento das MPME)** continuava distante. Além disso, os dados de 2018 mostram que 27,6% dos empregos são precários, um número que se mantém estagnado desde 2016. Na **meta de 8.5 (emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos)**, o desemprego registra níveis elevados (11%) com as mulheres sendo mais afetadas (13,1%) do que os homens

(9,2%) e os jovens entre 14-17 (39,2%) e 18-24 (23,8%) em geral. Os indicadores da **meta 8.6 (reduzir a proporção de jovens sem emprego, educação ou treinamento)** sobre os nem-nem foram preocupantes: 23,5% em 2019, com as mulheres significativamente mais afetadas (28,4%) do que os homens (18,8%). Os indicadores da **meta 8.7 (tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e garantir a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil)** continuam preocupantes, pois 8,5% das meninas de 14 a 17 anos e 15% dos meninos da mesma idade estavam envolvidos em trabalho infantil; além disso, o número de pessoas afetadas pelo trabalho forçado mais do que dobrou entre 2016 e 2018 (de 0,08% a 1,8%). O desempenho na **meta 8.8 (proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores)** é ruim, com 23 violações de direitos trabalhistas registradas em 2017 - o maior número desde 2012. A densidade sindical vem caindo de forma constante e ficou em 12,5% em 2018.

O Brasil precisa fazer progressos significativos para reduzir as desigualdades sociais e atingir a **meta de 10.4 (adotar políticas, especialmente fiscais, salariais e de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade)**, já que a participação do trabalho no PIB vem caindo de forma constante nos últimos anos, situando-se em 60,4% em 2017. Além disso, a porção da renda dos 10% mais ricos tem crescido, representando 42,5% do PIB total, enquanto a participação dos 20% dos menores contribuintes tem caído, respondendo por minúsculos 3,1% do PIB em 2018.

Os sindicatos advertem que, longe de tomar medidas sobre o **ODS 13 (tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos)**, o governo Bolsonaro está contribuindo para agravar a crise climática.

Em relação ao **ODS 16 (promover sociedades pacíficas e inclusivas)**, os sindicatos advertem que a situação no Brasil se deteriorou desde o golpe de Estado de 2016. As violações contra os direitos trabalhistas e os líderes sindicais, indígenas e comunitários são generalizadas, e a perseguição aos líderes da oposição política continua.

SINDICATOS PEDEM PARA NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

A CUT Brasil pede ao governo que:

- Acabe com a instrumentalização da pandemia para atacar a democracia, a liberdade e a vida, e restabeleça o diálogo social e a participação da sociedade civil na busca de soluções econômicas, sociais e humanitárias.
- Invista em serviços públicos de qualidade e universais (como saúde, educação, transporte e proteção social), revogando a Emenda Constitucional 95/2016 que limita os investimentos públicos nessas áreas e revogando as recentes reformas trabalhistas e previdenciária.
- Assegure a proteção de todos os trabalhadores contra o contágio, incluindo: distribuição de Equipamentos de Proteção Individual aos trabalhadores; assegurar que as equipes de Atenção Primária à Saúde cheguem às comunidades rurais e tradicionais; suspender todas as atividades não essenciais e expandir o teletrabalho.
- Estabeleça uma renda básica universal. Durante a pandemia, garanta uma renda de emergência para todos os desempregados, trabalhadores informais, autônomos e trabalhadores de plataformas; além disso, suspenda o pagamento de serviços (água, energia, telefone e internet) e outras despesas como aluguel, seguro médico, transporte público, empréstimos e financiamento.
- Crie um Fundo de Emergência financiado pelo Estado, pelo setor privado e por meio de impostos aos setores mais ricos. Além da crise, é preciso buscar uma reforma tributária progressiva, a fim de tributar os serviços digitais dos gigantes da tecnologia, grandes fortunas, transações financeiras e grandes lucros. No contexto da emergência sanitária, o financiamento de resgate não deve ser concedido a empresas que operam através de paraísos fiscais.



Esta publicação foi preparada com a ajuda da União Europeia. O conteúdo da publicação é da exclusiva responsabilidade da RSCD/CSI e não pode, de forma alguma, ser considerado como um reflexo do ponto de vista da União Europeia.